

Líderes fazem acordo para destravar pauta no Senado

César Felício
De Brasília

Os líderes governistas no Senado fizeram um acordo ontem com a oposição para destravar a pauta da Casa e tentar votar uma extensa relação de projetos até 30 de junho. Com sessões deliberativas nas segundas e nas sextas-feiras, o governo quer votar as medidas provisórias, entre elas a que cria incentivos para a Marinha Mercante e a que fixa o valor do salário mínimo em R\$ 260, além dos projetos de preservação da Mata Atlântica, das Parcerias Público-Privadas (PPP), das normas para a Biossegurança, do projeto da nova Lei de Falências. A pauta inclui ainda as emendas constitucionais da reforma do Judiciário e da redução dos vereadores e a indicação do jurista Eros Grau para o Supremo Tribunal Federal.

Novos itens ainda podem ser incluídos, por iniciativa da oposição, para evitar a obstrução. Ontem mesmo, o senador Efraim Moraes (PFL-PB), conseguiu que o comando governista na Casa se comprometesse com a discussão de um projeto de repactuação das dívidas rurais. Em troca, a oposição não obstruiu a aprovação de uma medida provisória que amplia os benefícios da lei da anistia.

Para limpar a pauta, os gover-

nistas confirmaram os entendimentos já iniciados pelo ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, e admitiram que a oposição tente modificar os projetos. "O importante é votar os projetos. Nenhuma derrota em plenário será interpretada como uma derrota do governo. Em último caso, o presidente sempre terá a prerrogativa do veto", afirmou a líder do PT na Casa, Ideli Salvatti (SC).

A única exceção a esta pauta é a medida provisória do salário mínimo, cuja aprovação será uma prova de força entre governo e oposição. Ainda assim, um grupo de discussão entre senadores e deputados será instituído para negociações sobre a medida provisória que não envolvam alterar o valor de R\$ 260.

Em relação a outros temas, são matérias cujo interesse transcende a fronteira entre governo e oposição e que dividem a própria Esplanada dos Ministérios. Não há acordo dentro do governo em relação ao projeto de lei de biossegurança, à nova lei de falências e nem mesmo na medida provisória sobre benefícios para a Marinha Mercante. Nesta última, o ministério do Desenvolvimento Econômico defende a flexibilização do uso dos recursos do Fundo de Marinha Mercante e o ministério da Fazenda é contra. Esta MP será votada nesta terça-feira.